

Passaram-se dois meses das grandes chuvas que devastaram a Região Serrana do Rio de Janeiro e a nossa Petrópolis e Teresópolis, chegando a causar cerca de 900 mortos sem contar os desaparecidos. Estamos diante de um dos maiores desastres naturais do Brasil. No meio de tanta dor, grande foi a solidariedade de muitas pessoas de todo o País e do exterior, que trouxe conforto e esperança.

Estamos na fase de reconstrução que procede lentamente enquanto muitas famílias permanecem nos abrigos e diminui a presença dos voluntários. Como era previsível, os holofotes deixaram a Região Serrana e as feridas da chuva foram encobertas sem ser curadas. O pior mal que pode acontecer à nossa Cidade é a perda da memória.

Acusou-se como uma das causas das mortes a ocupação irresponsável de muitas áreas de risco; mas sinceramente quem a favoreceu? E por acaso os pobres gostam de viver em zonas de risco? Era esta a única possibilidade de uma moradia acessível, mesmo que precária.

É necessário um grande movimento popular que tenha os pobres e desabrigados como sujeitos para impedir que o desastre aconteça de novo nestas proporções e que novas tragédias se repitam.

Existem estudos de qualidade, feitos depois das inundações dos anos passados, que, porém não foram aproveitados. É hora de recuperá-los e de atualizá-los para responder aos desafios deste momento. Isso é urgente porque nos encontramos diante de dois perigos que nos ameaçam. De um lado os desabrigados urgem para uma solução apenas imediatista dos problemas. De outro lado o perigo maior é a perda de memória da maioria da população, que poderia chorar amargamente na próxima desgraça. As chuvas do primeiro de março já nos deram um alerta.

As autoridades públicas estão fazendo a sua parte, embora fosse desejável uma maior celeridade e mais clareza nos objetivos. Mas o problema real é a urgência de uma urbanística diferente que providencie de forma ágil a desocupação das áreas de risco e a construção

igualmente ágil de novas moradias em terrenos seguros e possivelmente não distantes das antigas casas abandonadas. Isso porque não é suficiente construir casas; é necessária uma dimensão humana da casa, como lugar de relacionamentos, serviços e perspectivas educativas que favoreçam o convívio social, a busca da dignidade e do sentido pleno da vida.

A Igreja, junto com pessoas de várias religiões, esteve na primeira fila na hora do drama e da emergência. Diante da dor e do sofrimento se ajuda o ser humano qualquer que seja o seu credo. A Campanha da Fraternidade, promovida pela CNBB este ano com o tema “Fraternidade e vida no Planeta”, alerta-nos sobre a necessidade de respeitar a natureza contra uma certa cultura do consumismo desenfreado e da exploração predatória dos recursos naturais. É tempo de conversão para que a ganância não produza um irreparável prejuízo para toda a humanidade.

Agora, a todos é pedido um passo novo: manter viva a memória em vista de uma reconstrução urbanista atenta às várias áreas de risco e às características peculiares da nossa Cidade. Por isso em cooperação com o trabalho realizado pelo Governo, Estado e Município, convocamos as várias entidades civis da nossa Cidade a fim de incrementar um movimento do nosso povo para uma reconstrução ágil, firme e de ampla visão para o futuro.

A situação é grave; o dever que temos é urgente. Várias pessoas já aderiram ao nosso apelo; entre eles, personalidades do mundo jurídico, da cultura, da imprensa, da indústria e, sobretudo, muita gente simples que está sofrendo com as conseqüências deste desastre que atingiu a nossa região. A colaboração de todos neste momento é urgente para que se concretize a nossa esperança.

Dom Filippo Santoro

Bispo de Petrópolis